



2º Termo de Apostilamento ao Contrato nº 143/2014

**SEGUNDO TERMO DE
APOSTILAMENTO AO CONTRATO
143/2014, CELEBRADO ENTRE O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE
ALAGOAS – TJ/AL E A EMPRESA
PÓLIS INFORMÁTICA LTDA.**

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, órgão público representativo do Poder Judiciário, inscrito no CNPJ sob o nº 12.473.062/0001-08, com sede na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, 319, Centro, em Maceió, Capital do Estado de Alagoas, neste ato representado por seu Presidente **DES. OTÁVIO LEÃO PRAXEDES**, resolve apostilar o Contrato nº 143/2014, com a interveniência do **FUNDO ESPECIAL DE MODERNIZAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO - FUNJURIS**, órgão autônomo vinculado ao Poder Judiciário, representado neste ato pelo Juiz de Direito Presidente da Comissão Gestora, **Dr. MAURÍCIO CÉSAR BREDA FILHO**, celebrado com a empresa **PÓLIS INFORMÁTICA LTDA**, tendo como objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado de Gestão Administrativa Integrada, de modo a reajustar o valor da remuneração dos serviços de manutenção e atualização do sistema, em função do que consta da Cláusula Quarta, itens 4.6.1 e 4.6.2 do Contrato, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 2016/7495.

Conforme Cláusula Quarta, itens 4.6.1 e 4.6.2 do Contrato nº 143/2014, será aplicado a variação verificada no INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período de JUNHO/2016 a MAIO/2017, no percentual total de 3,3485700 %, conforme tabela abaixo:

Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)	
Dados informados	
Data inicial	06/2016
Data final	05/2017
Valor nominal	R\$ 423.000,00 (REAL)
Dados calculados	
Índice de correção no período	1,0334857
Valor percentual correspondente	3,3485700 %
Valor corrigido na data final	R\$ 437.164,45 (REAL)

**PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL
DE 25/09/17**
Denise...
SUBDIREÇÃO GERAL

Para além, o valor das 1.000 (mil) horas técnicas adicionais previstas no contrato, que poderão ser utilizadas para a aquisição de novas funcionalidades além das especificadas no Contrato também será atualizado; na forma da Cláusula Quarta, itens 4.6.1 e 4.6.2 do Contrato nº 143/2014, será aplicado a variação verificada no INPC, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acumulado no período de JUNHO/2016 a MAIO/2017, no percentual total de 3,3485700 %, conforme tabela abaixo:

Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)

Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)

Dados informados

Data inicial	06/2016
Data final	05/2017
Valor nominal	R\$ 100.000,00 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,0334857
Valor percentual correspondente	3,3485700 %
Valor corrigido na data final	R\$ 103.348,57 (REAL)

Os valores reajustados, conforme descrito na tabela acima, passarão a vigor a partir de junho de 2017, conforme disposto nos itens 4.6.1 e 4.6.2 do Contrato nº 143/2014. Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato inicialmente celebrado. A presente Apostila de Retificação do referido termo ampara-se na Lei 8.666/93 e no que consta no Processo nº 2016/7495.

Maceió/AL, 21 de 09 de 2017.

OTÁVIO LEÃO PRAXEDES
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas
CONTRATANTE

Dr. MAURÍCIO CÉSAR BREDÁ FILHO
Presidente do FUNJURIS
CONTRATANTE